



ATA Nº 1/2020

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respetivamente Primeiro e Segunda Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pelo Presidente, Luís Filipe Santana Dias. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, João António Lopes Candoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foi justificada a falta dos deputados Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, António Manuel da Silva Moreira, Mário João das Neves Flores e do Presidente da Junta da União de Freguesias da Vila da Marmeleira e Assentiz, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e vinte e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum (27 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foram colocadas a discussão e votação as atas n.º 6/2019 referente à sessão ordinária de 23 de novembro e a n.º 7/2019 referente à sessão extraordinária de 5 de dezembro de 2019. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 6/2019 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 23 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na sessão os Deputados Municipais Maria Eugénia de Jesus Reis, Ruy Alfredo do Espírito Santo Leitão, o Presidente da Junta de Freguesia de Alcobertas e a Tesoureira da Junta da União de Freguesias da Vila da Marmeleira e Assentiz (27 presenças). -----



----- Aprovada a ata n.º 7/2019 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 21 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na sessão os Deputados Municipais Carla Cristina Machado Rodrigues, Tiago Filipe Francisco Santos, Celso Cláudio Ferreira Martins, Ruy Alfredo do Espírito Santo Leitão, o Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas e a Tesoureira da Junta da União de Freguesias da Vila da Marmeleira e Assentiz (27 presenças). -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Abriu as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal no período antes da ordem do dia. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputado Filipe Vicente Martins -----

----- Deputado Jorge Henrique Marcelino Paiva -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo -----

----- Presidente da Junta da União de Freguesias do Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões -----

----- Deputada Anabela da Costa Azenha -----

----- Deputado Filipe Montez Coelho Madeira -----

----- Deputada Liliana Marques Alonso -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Filipe Vicente Martins** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou dizendo que veio a seu conhecimento que apenas estarão presentes na Feira das Tasquinhas cerca de catorze associações e/ou coletividades, quando já chegaram a participar vinte e oito e nos últimos três anos vinte e quatro, questionando



qual poderá ter sido a razão do desinteresse das mesmas em participar num evento com a importância deste. -----

----- **Deputado Jorge Henrique Marcelino Paiva** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por apelar a todos que possam estar presentes no Carnaval da Asseiceira, visto ser um evento tradicional da freguesia nesta época. -----

----- De seguida afirmou que todos estão muito satisfeitos coma intervenção realizada no IC2, mas que gostaria de ver esclarecidos algumas situações, nomeadamente acerca das contrapartidas pela utilização do troço da Asseiceira que, neste momento, está bastante degradado pelo trânsito intenso durante vários meses necessitando de reparação, assim como o semáforo e a pintura das passadeiras. Disse ainda que todas estas obras de manutenção poderiam ser integradas numa intervenção de fundo no centro que se prolongasse até aos Casais Varões através da requalificação de passeios e terminando na entrada sul da Asseiceira no seguimento da ciclovia já existente. -----

----- Por fim deixou ainda o alerta que o trânsito de pesados continua a passar dentro da localidade pois a sinalização que o proíbe é apenas um pequeno sinal que se encontra no Nó do IC2, já muito próximo ao entroncamento, o que leva a que muitos camionistas tenham que manobrar para inverter a marcha. Sugeriu que possa ser reposta a placa azul de informação que existia logo a seguir à empresa RIMOL. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção por dizer que a Coligação Democrática Unitária (CDU) entende que deveria ser revista a taxa de resíduos nas zonas rurais, na medida em que o serviço prestado nesses locais é muito inferior ao praticado na cidade. Sugeriu também que o Executivo Municipal se empenhe na fixação da sede social das empresas de maior relevância em Rio Maior, como por exemplo a Carnes Nobre e a Panpor, de forma a que os impostos das mesmas fiquem em Rio Maior, numa política pública que valorize as empresas, mas que permita que as mais valias geradas no concelho fiquem no concelho, sendo um bom exemplo o caso da Sibelco. -----

----- De seguida solicitou que todos os documentos que sejam sujeitos a discussão pública possam ser remetidos de imediato, por email, para que possam ter conhecimento dos mesmos sem ter que haver uma pesquisa nos editais publicados,



para uma melhor organização e solicitou ainda, para que não haja entendimentos diferentes, que as suas intervenções sejam transcritas *ipsis verbis* para a ata, pese embora o regimento de funcionamento da Assembleia Municipal diga que deve ser apenas um resumo. Pediu ainda que o Executivo lhe pudesse enviar os dados que tiver disponíveis relativamente à presença de imigrantes no concelho dos últimos três anos, de preferência com uma relação discriminada pelos países de origem e pelas freguesias onde eles se encontram residentes. -----

----- Relativamente ao IC2 disse que ano após ano se tem vindo a assistir à degradação daquele itinerário e ao bloqueio ao desenvolvimento do concelho que esse facto tem constituído, a par com a precariedade da segurança rodoviária, com promessas não cumpridas pelos vários governos e ministérios. Afirmou que embora muitas tenham sido as acusações de aproveitamento da situação pela realização de protestos de rua, de manifestações, de abaixo assinados, de vigílias, considera que se não fossem esses esforços de mobilização e trabalho dos utentes e das suas comissões, ainda se estaria à espera da decisão de concretização das obras de requalificação do IC2, acreditando que foi a insistência da Comissão de utentes junto da Infraestruturas de Portugal que levou ao desbloqueio da situação, havendo, contudo, alguns que aguardam sempre sentados e agora querem aparecer como coautores. Afirmou que, não obstante este desenvolvimento, a CDU ainda não descansa porque a publicação em Diário da República do concurso público para a obra, no valor de sete milhões e quinhentos mil euros para uma execução em quatrocentos e cinquenta dias, ainda não aconteceu e, não havendo publicação do concurso em diário da república, não há o real andamento da mesma. Salientou que uma situação idêntica se tem passado com o projeto e obra da EN114, para a qual se dizia já haver projeto e até lançamento da mesma, e até ao momento nada aconteceu. Disse que se aguarda que a obra comece no IC2 e que esta efetivamente se concretize, apelando a todos que participem nas ações que os seus utentes e as comissões marcarem, porque a CDU entende que a luta vale sempre a pena, e mesmo que só alguns o façam para o bem de todos, entende que isso é ser solidário e altruísta e essa é uma das vertentes da CDU. -----

----- De seguida referiu-se à triste situação que aconteceu com a faturação da água, solicitando que lhe seja fornecida toda a informação discriminada sobre a mesma. Informou que anteriormente já foi solicitada a informação, mas que aquela que lhe foi enviada em tempo, pelo menos parte, estava incorreta, como por exemplo a informação relativa ao pessoal afeto aquele setor, com a definição de funções, sendo que a



informação prestada remeteu para as páginas do orçamento referentes ao mapa de pessoal que dá a totalidade dos trabalhadores da câmara e não apenas para o pessoal afeto aquela área, como se pretendia. Solicitou, por isso, toda a informação discriminada sobre a situação, sobre a sua veracidade e, sendo, qual o nome da empresa que efetua a faturação. Lembrou, uma vez mais, que a lei confere à Assembleia Municipal poderes de fiscalização com direito a toda a informação clara, rigorosa e em tempo útil. -----

----- Por fim, referindo-se à situação da Escola Profissional de Rio Maior (EPRM), questionou qual a razão que levou à suspensão do concurso público e ainda que fosse explicado e lhe fossem fornecidos documentos relativamente à diferença de cento e cinquenta mil euros por ano, que existe por não se ter concretizado o despacho de exceção, dos relatórios anuais que espelham esta diferença, lembrando que em todas as Assembleia Municipais em que foram apresentadas contas nunca foi verificada a sua existência efetiva nas contas que, neste momento, já soma cerca de meio milhão. Questionou como foram executadas as contas e onde está a transparência nas mesmas, até quando está prevista a suspensão do concurso público ou se vai ser anulado e, por último, tendo conhecimento que o Presidente da Câmara teve uma reunião com os trabalhadores, a CDU gostaria também de saber em que qualidade o fez, solicitando, desde logo, a ata dessa reunião. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Esclareceu que as atas, por imperativo legal e regimental, são um resumo daquilo do que se passa nas sessões e que lhe parece ser impraticável voltar-se à transcrição integral, lembrando que existem disposições regimentais aprovadas onde se prevê que os membros que pretendam ver as suas intervenções produzidas por inteiro, deverão apresenta-las por escrito e em suporte digital no prazo definido. Disse ainda que excecionalmente pode ser atendido um pedido de transcrição, como já o foi anteriormente, mas isso não será a regra, a regra continuará a ser um resumo do essencial nela se tiver passado. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Indicou que seriam então entregues as intervenções feitas nesta sessão por escrito. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Disse que esta é uma possibilidade presente nos termos regimentais recordando que a entrega é por escrito e em suporte digital. -----



----- **Deputada Maria Eugénia de Jesus Reis** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para informar que no próximo dia 29 de março a 5 de abril estarão em Rio Maior cerca de vinte e seis pessoas oriundas da Turquia, da Lituânia e da Polónia num projeto ERAMUS da Universidade Sénior. Considerou que é de todo o interesse da comunidade saber que vai decorrer esta atividade que será alargada a todos os alunos, para que possam participar. Convidou ainda os membros da Assembleia Municipal para, querendo, estarem presentes nos espetáculos que se realizarão. Deu conhecimento que o tema será sobre as heranças culturais e a literatura, dizendo que o coordenador, o Professor João Paulo Relveiro, tem feito um excelente trabalho com esta equipa e que o espetáculo está muito bem organizado e que irá ser divulgado na página da Universidade Sénior no facebook o programa completo que está a ser ultimado. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que tem sido um privilégio fazer parte não só da Assembleia Municipal, mas sobretudo do modo de fazer política em Portugal, porque considera que são períodos extraordinariamente interessantes, controversos, mas com os quais se identifica plenamente, sobretudo ao nível da participação e da diversidade de ideias, pense embora isso não seja, nem pacífico, nem obrigatoriamente fácil de aceitar ou de entender. Referiu-se ainda à renovação política que a nível local se assiste, acolhendo com agrado todos os novos elementos que estarão à frente das diversas forças políticas, como é agora o caso do seu colega Miguel Paulo, fazendo votos que a democracia local tenha a participação de todos. -----

----- Relativamente à perceção que tem das atas, disse ser uma das áreas com a qual se tem debatido na freguesia e sobre a qual tem clamado por compreensão, deixando assim a sua solidariedade e agradecendo até ter falado nisso. -----

----- Acerca do funcionamento da junta de freguesia disse que estas estão a ser confrontadas com o processo de transição do Sistema de Normalização Contabilística-AP (SNC-AP) e que, no caso de Arroquelas, tem sido difícil, mas interessante, não obstante dar algum trabalho. Disse também que a freguesia irá entrar em época de comemorações, de 19 de fevereiro a 25 de março, e que é com grande entusiasmo que se vive a mesma, já que permite mostrar a muitos o que de melhor têm através de



iniciativas e parcerias, como é exemplo a Desmor, EM, SA. Salientou que o meio rural vive muito destas iniciativas e que é isso que anima a localidade e dá vida à freguesia e que, por isso, se irá debater quando for a questão do associativismo. Reafirmou a grande satisfação que é acolher as pessoas da melhor forma que sabem e o quanto gostaria que se repetisse mais vezes, na sua e em outras freguesias. -----

----- Ainda no âmbito das questões das freguesias e do meio rural, referiu ainda questões como o uso de produtos químicos e a biodiversidade, os incêndios florestais e a importância da reflorestação e plantação de espécies que servem como zona de contenção e diversificação da floresta, dizendo que, relativamente a esta última, a ideia é que com o apoio do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e da Associação de Produtores Florestais (APAS), ir fazendo um diagnóstico minimamente decente para se poder promover o enriquecimento com novas árvores e espécies, assim como na limpeza e prevenção. -----

----- Concluiu dizendo que todos estes processos públicos são fisicamente exigentes e que juntando a exigência da função ao desgaste de temas que geram opiniões tão díspares na discussão pública nacional, como a eutanásia, a corrupção, a doença, a morte, leva a alguma preocupação com a proliferação do chamado ódio à democracia e à proliferação da entropia, levando a discursos que aderem a causas racistas, sexistas, populistas que vão crescendo. Lembrou que as eleições serão num futuro breve, esperando que a coisa corra bem para quem, como ele, defende um outro ideário. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo** ---

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por agradecer o esforço do município está a fazer nas freguesias, nomeadamente na União de Freguesias que preside. Lembrou que quando assumiu funções, teve a oportunidade de expressar ao atual Presidente de Câmara, na altura Vice-Presidente, as necessidades mais pertinentes das suas freguesias e pediu também, que os melhoramentos tivessem a sua execução, se possível, antes do ano de eleições ao que lhe foi respondido que se iria tentar fazer obra durante todos os anos do mandato, promessa essa que se tem mantido não só na sua freguesia, mas também nas restantes freguesias do concelho. -----

----- De seguida quis apenas fazer um esclarecimento acerca da retirada do ponto referente à EPRM da ordem de trabalhos da sessão de 23 de novembro de 2019, dando



conta que na altura o Presidente da Assembleia Municipal informou que se tinha chegado ao acordo de retirar esse ponto da ordem de trabalhos após discussão prévia entre as forças políticas representadas neste órgão, mas que o próprio não foi ouvido nessa decisão como independente que é. Acredita que não houve qualquer intenção nessa omissão, até porque concordava que fosse convocada uma sessão extraordinária para esse efeito, mas não quis deixar de dar a conhecer o seu desconforto, até porque, se não o fizesse, era esquecer o trabalho que o próprio e os seus colegas do Movimento Mais, tiveram para pudesse neste lugar hoje. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Agradeceu a franqueza e a frontalidade com que abordou este último tema e chamou a si a responsabilidade pelo sucedido, assumindo-a por inteiro e apresentado, desde logo, a suas sinceras desculpas, esperando que sejam aceites. Agradeceu, mais uma vez, a frontalidade e afirmou que tal não voltará a acontecer. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias do Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dar conta da situação existente provocada pela suspensão e supressão de uma série de carreira da Rodoviária do Tejo, em várias freguesias do concelho. Chamou à atenção que muitas das populações das zonas rurais, especialmente os idosos, têm que passar dias inteiros em Rio Maior para poderem tratar de coisas simples e rápidas, informando que a supressão de carreiras leva a que haja uma às 7 horas da manhã para Rio Maior e o regresso apenas se efetua às 18 horas e trinta minutos. Referiu que em tempo de aulas as coisas correm bem, mas que fora dele terá que se fazer um esforço por alterar, nomeadamente no âmbito dos contratos de concessão. -----

----- De seguida endereçou os parabéns à Desmor, EM, SA, que está a comemorar o seu aniversário e que tem uma série de atividades programadas durante o ano nesse âmbito, designadamente a visita de pessoas das freguesias ao centro de estágios para conhecerem este equipamento e as ótimas instalações existentes. -----

----- Aproveitou para endereçar também os parabéns a Isaura Morais pela sua eleição como vice-presidente do Partido Social Democrata (PSD). -----



----- Por fim deixou dois lamentos, um pela decisão tomada pela Assembleia da República no que se refere à questão da eutanásia e outro pela morte de Vasco Pulido Valente, de quem foi e é assíduo leitor. -----

----- **Deputada Anabela da Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se congratular com o início das obras do IC2, já que este era um problema iminente de segurança num dos principais eixos rodoviários da região centro e que cruza o concelho de Rio Maior. -----

----- De seguida, congratulou-se com a suspensão do concurso público relativo à EPRM, sendo preferível parar para se poder refletir a cometer o erro de alienar uma história de sucesso com vinte e sete anos de existência e 98% de empregabilidade. Considerou que se o sucesso não foi atingido nos últimos anos compete à Câmara Municipal, como maior participante no capital e com um gerente fazer esse exame e disso dar conta, porque, em seu entender, foi discutida muita coisa, mas nunca foi verdadeiramente apreciada a verdadeira e difícil situação financeira que ditou uma venda de imediato. Acrescentou que, no entanto, agora não é esse o momento e que o que imposta salientar é que não deve ser a Assembleia Geral da Associação Empresarial de Rio Maior, a culpada da não venda e da conseguinte desgraça que anuncia que há-de chegar e não podem ser os empresários de Rio Maior, que agiram de livre vontade e que querem que a EPRM siga o caminho que trilhou até hoje, os culpados de uma anunciada insolvência. Terminou dizendo que é importante saber hoje que compromissos assinou o Presidente da Câmara de forma a garantir que a EPRM tenha o seu futuro em mão dos riomaiorenses e no futuro de Rio Maior, não bastando assumir despesas correntes e no imediato, já que fruto deste processo a escola já está em atraso para o próximo ano letivo e há que equilibrar a sua gestão e pensar no projeto de futuro para que volte ao caminho do sucesso no próximo ano letivo de 2021/2022. Concluiu dizendo que se sabe que vai ser difícil e penoso, mas considera que se investe ou não investe no futuro de Rio Maior, futuro esse que, em sua opinião, não se define nem se compadece com despachos pontuais de venda de ativos públicos à primeira contrariedade, para mais criada pela própria gestão. -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Iniciou por felicitar o executivo municipal pelo conjunto alargado de obras que estão em curso por todo o concelho e questionou, ainda em relação a esses investimentos, sobre o projeto de iluminação pública, qual o ponto de situação do mesmo e para quando está prevista a sua conclusão. Ainda sobre este projeto de iluminação, perguntou se já existe alguma análise de benefícios relativamente à poupança e em termos de custos que se está a ter com o consumo de energia na iluminação pública, isto para além dos benefícios ambientais que são reconhecidos e também se neste investimento está prevista a deslocalização ou reconsideração de alguns pontos de iluminação. -----

----- **Deputada Liliana Marques Alonso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para falar sobre a educação, afirmando que se torna necessário preparar o próximo ano letivo quer em relação à rede escolar quer em relação às ofertas dos agrupamentos e até e às respostas sociais devidas. Questionou qual é o ponto de situação e o que o executivo municipal tem previsto para o efeito e para quando serão marcadas, ou se já estão marcadas, reuniões com as entidades interessadas. Salientou que os prazos para as matriculas estão prestes a abrir e, por isso, se torna necessário ter respostas e conhecimento das ofertas que serão disponibilizadas. -----

----- Solicitou também informação sobre o que está previsto sobre as instalações desportivas para o Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva e se há alguma solução para o acolhimento das crianças no pré-escolar do Centro Escolar da Mina do Espadanal que, quando chove, continua a ser no refeitório, sem brinquedos ou atividades. Nesse sentido, disse que a CDU, continua a achar que a cada dia que passa a transferência de competências na área da educação para a autarquia é um erro, porque acaba por desresponsabilizar o Estado central face a um direito universal consagrado, que é a Constituição da República. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas, autorizando, desse logo, que a mesma possa ser dada aos vereadores para os esclarecimentos solicitados. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por prestar esclarecimentos relativamente à feira das Tasquinhas, dizendo que efetivamente estarão presente catorze coletividades mais uma da Câmara



Municipal de Cantanhede, e ainda os tradicionais espaços de enchidos e queijos. Relativamente à preocupação demonstrada pela diminuição do número de coletividades e associações representadas, esclareceu que segundo as mesmas não conseguem reunir condições para a participação, nomeadamente no que respeita a conseguir voluntários com disponibilidade e em número suficiente. Acrescentou que infelizmente, de uma forma geral, o voluntariado está com grandes dificuldades e cada vez mais se assiste ao desinteresse das pessoas devido à responsabilidade e à exigência que o mesmo acarreta nos dias que correm, dando até como exemplo a iniciativa da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de São João que oferece um incentivo às associações para participar e, mesmo assim, ninguém adere. Deu conta dos procedimentos efetuados na organização das mesmas, das várias reuniões que se realizaram com os vários intervenientes e do facto de se colocar cada vez mais a dúvida da participação das associações/coletividades já que, em seu entender, é mesmo isso que diferencia a tasquinhas de Rio Maior dos restantes eventos que se fazem com a mesma natureza por todo o país. Perante o número mais reduzido de tasquinhas, informou que foi proposto às que irão participar se estariam despostas a duplicar os seus espaços por forma a preencher o pavilhão, o que aconteceu, e algumas das participantes irão, por isso, ter espaço duplicado. Sobre as tasquinhas, terminou dizendo que há que pensar bem o modelo existente que se quer para este evento e, para isso, é seu entender que a comunidade riomaiorense deve ser envolvida nesta discussão, não obstante a decisão final caber à Câmara Municipal. Reforçou que é importante que a sociedade riomaiorense seja convidada a fazer esta reflexão, devendo as forças vivas do concelho em conjunto com a câmara municipal e as associações pensar qual será o caminho que as tasquinhas deverão levar, já que, por vezes, pequenas modificações podem trazer grandes frutos. -----

----- Relativamente ao IC2, em particular a parte que se situa no interior da Asseiceira, informou que tem havido contactos permanentes com a Infraestruturas de Portugal no sentido de ser reforçada a sinalização e a proibição de pesados na localidade, já que a competência não é da Câmara Municipal. Relativamente à estrada central, ao semáforo e às passadeiras, existe já um compromisso assumido com a Junta de Freguesia de Asseiceira, no sentido de se projetar não só a substituição do pavimento, mas também a rede de pluviais e saneamento, fazendo o projeto global para a requalificação total daquela estrada. Acrescentou ainda que o projeto que vier a ser finalizado será levado a conhecimento da população de Asseiceira a fim de poderem ser dados contributos e



sugestões. No que se refere ao trânsito de pesados disse que iria proceder de forma a reforçar a sinalização. -----

----- De seguida, relativamente à taxa de resíduos, disse que não estava conhecedor se seria possível uma diferenciação de taxa para os utilizadores em zonas rurais e em zonas urbanas, mas que efetivamente, também ele está preocupado, até pela aprovação recente na Assembleia da República de um aumento da taxa de resíduos para o dobro, ou seja, de onze euros para vinte e dois euros por tonelada depositada. Disse ainda estar igualmente preocupado com a ineficácia dos sistemas e que considera que os investimentos devem começar pelas condições de fornecimento por forma a permitir uma prestação satisfatória do serviço aos utilizadores e que, de igual forma, deve proceder o Estado, ao invés de cobrarem a ineficácia dos sistemas aos utilizadores. -----

----- Quanto ao pagamento de impostos pelas empresas, lembrou que neste momento já foram feitas algumas alterações, nomeadamente no que respeita à derrama, que já não é apenas cobrada onde se situa a sede social, mas dividido o seu valor também pelos municípios onde a empresa exerce a atividade, concordando, desde logo, que mais trabalho dessa natureza ainda há a ser feito. -----

----- Acerca dos dados relativos à presença de imigrantes no concelho dos últimos três anos, com a relação discriminada pelos países de origem e pelas freguesias onde se encontram residentes, informou que os mesmos serão remetidos dentro das possibilidades legais e com os cuidados de reserva de dados. -----

----- Esclareceu que relativamente à EN114 já existe projeto praticamente concluído e que foram já realizadas reuniões com as empresas afetadas pelo novo traçado e que têm os seus acessos por aquela estrada e que no que se refere ao IC2 discorda com a afirmação de que a Comissão de Utentes é que conseguiu desbloquear a situação. Lembrou que o Município levou a cabo inúmeras reuniões e contactos com a Infraestruturas de Portugal e que esta, não é uma vitória da Câmara Municipal, não é uma vitória da CDU, do PSD ou de qualquer uma por si só, mas sim uma vitória dos utilizadores do IC2 e que se conseguiu pela pressão conjunta de todos, incluindo os organizadores da Marcha Lenta, a Comissão de Utentes, os serviços camarários e a todos os cidadãos que fizeram reclamações, e que considera, isso sim, uma vitória para Rio Maior. -----

----- Sobre a faturação da água e as questões colocadas por escrito, respondidas em tempo, esclareceu que foi indicado o mapa de pessoal porque no mesmo consta o



conteúdo funcional de cada posto de trabalho, permitindo verificar o número de trabalhadores afetos ao serviço, mas que persistindo as dúvidas colocadas podia ser contactado o próprio para o cabal esclarecimento da situação. Relativamente à empresa que presta o serviço de impressão e envelopar as faturas informou que era Copidata, sabendo-se, porém, que a faturação é responsabilidade da Câmara Municipal de Rio Maior. -----

----- No que se refere à EPRM fez um resumo de toda a situação desde o início e que foi já esclarecida anteriormente neste órgão, desde a retirada do ponto em sessão ordinária, ser convocada sessão extraordinária apenas para a deliberação do ponto para autorização de alienação de parte da participação da Câmara Municipal naquela empresa, como foi também presente às respetivas assembleias gerais dos restantes sócios, a Associação de Produtores Agrícolas e a Associação Empresarial de Rio Maior. Continuou dizendo que com base no sentido de voto favorável dado pelos restantes sócios à aceitação da doação do imóvel correspondente à sua quota, como consta da documentação à data, foi aberto concurso público para alienação de parte da quota por parte da Câmara Municipal, onde consta caderno de encargos com cláusulas referentes à utilização do imóvel. Disse que após este procedimento a Câmara Municipal veio a ser informada, informalmente, que teria sido realizada uma assembleia geral extraordinária da Associação Empresarial de Rio Maior onde se deliberou a revogação da decisão de aceitar a doação do imóvel na parte equivalente à sua quota, levando a que os termos em que foi lançado o concurso fiquem prejudicadas. Disse que foram confirmadas estas informações oficialmente através dos representantes dos órgãos da associação e que, de imediato, foi solicitado que fosse analisada juridicamente a possibilidade de o concurso ter continuidade, propondo-se à Câmara Municipal que o mesmo pudesse ser suspenso até se definir o caminho legal e definitivo a seguir. Concluiu dizendo que o procedimento está, neste momento, suspenso por não haver ainda informação definitiva e fidedigna de qual o caminho a seguir, se é cancelado ou se continua. -----

----- Sobre a reunião realizada com os trabalhadores da EPRM informou que foi convocada pelo próprio, enquanto Presidente da Assembleia Geral, e que não pode dar a certeza de haver uma ata formal elaborada pelos serviços administrativos, esclarecendo, desde logo, que a mesma serviu para dar conhecimento da situação da suspensão do procedimento e que, pelo menos no imediato, o caminho não poderia ser aquele que tinha sido transmitido em reunião realizado inicialmente com os mesmos e



que a Câmara Municipal iria assumir as suas responsabilidades para com a escola e para com os funcionários, professores e formadores. -----

----- Relativamente às referências às obras executadas nas freguesias agradeceu as palavras ditas e afirmou que o entendimento entre a Câmara Municipal e as Freguesias assenta na assunção de compromissos e na manutenção da relação honesta e transparente. Disse saber as dificuldades que as freguesias têm e que tudo aquilo que possa fazer para as auxiliar, seja através das delegações de competências, seja através de trabalho que a câmara faz nas freguesias a seu pedido, será feito e nunca será passível de agradecimento porque essa é a obrigação da câmara: gerar condições a quem mora no meio rural de forma a dar a melhor qualidade de vida possível e aproximar o máximo possível às condições existentes na cidade. Agradeceu a todos os presidentes de junta o trabalho que tem sido desenvolvido em conjunto, nomeadamente nas repavimentações e pavimentações que se encontram em curso no momento. -----

----- Sobre a eliminação das carreiras pela Rodoviária do Tejo, foi manifestado de imediato o desagrado e a discórdia perante a autoridade gestora dos transportes, a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), acerca desta situação, assim como o desagrado por não ter sido comunicado antecipadamente esta decisão de forma a poder-se encontrar alternativas. Informou que já houve a oportunidade de se realizar uma reunião na CIMLT onde foi solicitado que fosse agendada reunião com a Rodoviária do Tejo e com os municípios afetados por esta alteração e por esta perda de qualidade de um serviço público, que não trazendo dividendos, é garante de mobilidade de várias populações. -----

----- Aproveitou o momento para saudar a Desmor, EM, SA, pela comemoração dos vinte anos de existência com um programa ousado e ambicioso e que abrir a empresa à população é reconhecer-lhe a importância e o trabalho, mostrando às pessoas os programas, as atividades e as instalações que permitem o desenvolvimento de inúmeras atividades desportivas. -----

----- Ainda sobre a EPRM e respondendo às questões diretas coladas pela Deputada Anabela da Costa Azenha afirmou que o compromisso que assumiu, verbalmente e de coração, foi com os funcionários daquela escola na reunião citada e que em relação ao ano letivo estar comprometido, esclareceu que a direção da escola e o corpo docente já se encontra a trabalhar no próximo ano letivo estando já marcada, inclusive, uma reunião do Conselho Consultivo para o efeito. -----



----- Quanto ao projeto de iluminação pública informou que já se encontra na segunda fase, através do acordo quadro para a colocação de luminárias, cujo objetivo é fazer a cobertura total do concelho com luminárias LED. Disse ainda que será feito um investimento de cerca de mais oitocentos mil euros que será financiado através de um instrumento financeiro que permite que seja pago com as poupanças geradas pelo sistema, dando conhecimento que comparando o último trimestre de 2018 com o de 2019, se apura já uma poupança na conta da luz a rondar os 37%, não havendo qualquer dúvida que esta foi uma boa medida e geradora de poupança, ao contrário do que alguns diziam aquando do início do projeto. Referiu ainda que esta execução tem também o acompanhamento dos presidentes de junta que vão dando conta das necessidades em cada uma das freguesias. -----

----- **Vereadora Maria Leonor Magalhães Fragoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que não se riria pronunciar se a transferência de competências na área da educação foi ou não um erro e que a realidade é que o Município de Rio Maior as aceitou e, assim sendo, há que assumir a responsabilidade com rigor e procurar a melhor solução para o bom desenvolvimento das mesmas. Nesse sentido, informou que existe uma ligação constante com a Secretaria de Estado, com o Instituto de Gestão Financeira da Educação, com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares e com todos os órgãos da tutela, para que as respostas sejam cada vez mais e as mais adequadas, tentando gerir todas as questões de operacionalização, nomeadamente no que respeita a pagamentos. Relativamente à preparação do próximo ano letivo disse terem sido já realizadas reuniões internas com os diretores dos agrupamentos e que aquilo que pode assumir é a permanente preocupação do Executivo Municipal em oferecer o melhor serviço possível. Disse ainda que no que à oferta que não é formativa, porque as questões pedagógicas não dizem respeito ao Município, aquilo que tem sido falado refere-se sobretudo com as questões administrativas e de gestão de pessoal não docente, dos edifícios e até do que é o material que se utiliza nas escolas, que nada tem nada a ver com questões pedagógicas. Ainda sobre as reuniões, afirmou que assim que haja uma solução efetiva se avançará e que se porventura se verificar a proximidade das matriculas, que começam em abril, avançar-se-á com uma solução de compromisso conjunta ou invés de se estar a arranjar uma solução que não tenha suporte efetivo. ---

----- Relativamente às instalações desportivas disse ser uma pena os espaços escolares não possam crescer por inexistência de espaço para o fazer e não obstante



o aumento do número de alunos ser razão para se congratular, mas com esse aumento vem também os constrangimentos físicos para os quais se terá que analisar a melhor forma de resolução. -----

----- Sobre os números da imigração no concelho, informou que cada vez são maiores e que prova disso é a consecutiva aprovação de auxílios económicos pela Câmara Municipal na área da educação, estando as escolas a reconverter a sua comunidade. Afirmou que o compromisso que se pode fazer neste momento é o de responder o mais brevemente possível, mas também com a maior qualidade, legalidade e certeza possível. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio na sua qualidade de Vereador para esclarecer que tanto em orçamento como na apresentação de contas os 15% não serem apresentados como imparidades se deve ao facto nos últimos anos se esperar que os mesmos fossem financiados pelo Estado ou, em alternativa, o financiamento ser a 100% e não a 85%. Resumindo a situação que levou a este momento lembrou que o financiamento do ensino profissional que é da responsabilidade do governo e que este, em determinada altura, decidiu, e bem, aproveitar os fundos comunitários para fazer esse financiamento, mas que a partir de 2008 a comparticipação de 15% passou a ser feita pelas empresas, neste caso a EPRM, mas que nesse mesmo ano o Estado emitiu despacho de exceção para o financiamento dos mesmos, mas que essa possibilidade deixou de ser possível no quadro comunitário seguinte e, conseqüentemente a EPRM viu-se privada do financiamento desses 15% a partir de 2016, valor esse que era recebido através do orçamento de Estado. Explicou ainda que a EPRM nunca recebeu qualquer indicação que teria que se adaptar e que em todas as reuniões que foram realizadas com as entidades competentes do Estado sempre foi dito que seria uma questão de tempo até que esse valor voltasse a ser financiado, ficando sempre a expectativa que a situação seria sanada mais tarde ou mais cedo. Acrescentou que, perante essa expectativa, esse valor foi sempre considerado em orçamento e depois nos relatórios de contas desde 2016, sempre com uma nota do revisor de contas a chamar a atenção para esse facto, e que, agora, perante a decisão definitiva de não haver a reposição de financiamento o valor passará a constar nas contas levando a que as mesmas de apresentem negativas no relatório de contas de 2019, relatório esse que não vem à Assembleia Municipal para deliberação, mas apenas à Câmara Municipal. -----



----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Questionou a Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa se reiterava o pedido feito de obter a informação por escrito e, sendo esse o caso, que o pedido possa ser remetido ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal com a informação que necessita, que será prontamente reencaminhado para os serviços camarários darem a devida resposta. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Disse que iria enunciar as questões que queria ver esclarecidas e remeter ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Orçamento para 2020, Plano de Ação – Grandes Opções do Plano 2020-2023 e Mapa de Pessoal para 2020** -----

----- **Relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – 2019** -----

----- **Declaração de Pagamentos em Atraso existentes em 31/12/2019** -----

----- **Declaração de Recebimentos em Atraso existentes em 31/12/2019** -----

----- **Declaração de Compromissos Plurianuais existentes em 31/12/2019** -----

----- **Assunção de Compromissos Plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 3)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por dizer que a lista apresentada na declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2019 é infundável e pouco esclarecedora e que, por isso, solicitou que a mesma lhe possa ser enviada com os detalhes necessários, ressalvando desde logo que não serão necessários quaisquer dados que estejam protegidos, mas sim a caracterização da dívida e do devedor, por exemplo, se é empresa ou particular. Referiu ainda que se esta dívida fosse recebida provavelmente não seria necessário fazer qualquer empréstimo. Questionou, por isso, porque é que a dívida existe e porque é que se mantém. -----



----- Ainda na questão das dívidas, insistiu num pedido que fez ainda na presidência da Dr.^a Isaura Morais, de um relatório sobre a situação da Depomor e que nunca lhe foi enviado, muito embora seja verdade que tenha ficado de enviar Presidente da Mesa uma relação de todos os pedidos que não tinham sido respondidos e, até à data, ainda não tenha enviado. Reforçou o pedido de uma informação escrita e detalhada sobre a situação da Depomor. -----

----- Relativamente aos compromissos plurianuais, fez notar que consta dos documentos referência de que os mapas não foram enviados em tempo a conhecimento da Assembleia Municipal e pediu que se tivesse atenção para que estas situações não se repitam, porque a Assembleia Municipal não pode, nem deve, por razão nenhuma, deixar de ser informada atempadamente daquilo que por lei e por direito tem que ser informada. -----

----- Ainda sobre os compromissos plurianuais salientou a questão de se pagar à banda de Alcobaça para dar aulas quando, no concelho, existem, pelo menos, dois maestros preparados para o fazer e que a nenhum deles foi perguntado se estaria disponível para o efeito, preferindo assim pagar fora do concelho para essas aulas. Acrescentou que se os vinte mil euros pagos podiam ser distribuídos pelas duas bandas, não consegue ver qual a razão e o interesse de ir buscar a banda de Alcobaça. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Acerca dos valores de dívida relativamente ao fornecimento de água disse que estará em vigor um protocolo com a Autoridade Tributária para a sua cobrança e que, por isso, se aguarda a sua aplicação para que grande parte destas situações possam vir a ficar resolvidas. -----

----- Sobre das declarações que foram presentes para conhecimento, para além daquela a que foi feita referência acerca dos recebimentos em atraso, quis ressaltar a o facto de não existirem pagamentos em atraso por parte da Câmara Municipal e questionou até se esse não seria um assunto tão importante para salientar como os recebimentos em atraso. -----

-----Relativamente ao relatório da Depomor, disse que vai a conhecimento da Câmara Municipal, ou seja, corre os trâmites legais necessários, são aprovados anualmente em assembleia geral e, a partir do momento em que são presentes a uma reunião de Câmara, são públicos e estão disponíveis para quem os queira consultar. -----

----- No que se refere à nota onde consta que os documentos não foram enviados à Assembleia Municipal, assegurou que toda a documentação que tem que vir a este



órgão é sempre remetida e que aqueles que não lhe foram enviados é porque não é necessário e seguramente que foram presentes a uma reunião de Câmara e, desde logo, se tornaram documentos públicos que podem ser consultados a qualquer momento. -----

----- Acerca das aulas de música e do pagamento desse serviço à banda de Alcobaça, esclareceu que a câmara municipal está obrigada ao regime de contratação pública e, neste caso, sendo a prestação de serviços para lecionar nas escolas torna-se ainda mais exigente, acrescentando que para esse tipo de prestação de serviços as empresas precisam de certificação para poderem trabalhar com as escolas e de uns quantos requisitos que atestem a competência, formalmente, de quem leciona essas aulas. Considerou que ao invés de se estar a levantar uma questão que não existe deveriam congratular-se pelo facto de a câmara municipal suportar integralmente o estudo integrado de música no currículo da escola. -----

----- Solicitou que relativamente às questões técnicas pudesse ser dada a palavra ao Chefe de Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Financeira para esclarecimentos, que foi concedida pelo Presidente da Mesa. -----

----- **Chefe de Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Financeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que em relação ao valor da dívida refere-se em grande parte a impostos dos anos anteriores ainda por cobrar pela administração tributária e que relativamente à listagem dos compromissos plurianuais assumidos, trata-se de dar conhecimento aos órgãos delegantes as decisões de assunção de compromissos plurianuais, mesmo não sendo na sessão imediatamente a seguir à decisão. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Reiterou que a informação deveria ser mais clara, que quem fez menção ao não cumprimento do dever de informação foi a câmara municipal e quanto à oportunidade da colocação das perguntas é uma gestão da CDU e não uma questão da Câmara Municipal. Afirmou que a oposição tem o direito de colocar as perguntas quando entender e irá sempre fazê-lo. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Discussão e deliberação sobre o novo Regimento da Assembleia Municipal** -----

----- O Presidente da Assembleia apresentou a proposta, conforme documentos disponibilizados, começando por se desculpar novamente com o Presidente da Junta



da União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo por ter reunido a Comissão Permanente sem o mesmo, acrescentado que já teve oportunidade de o fazer pessoalmente. -----

----- Continuou dizendo que a revisão do regimento é um tema que já vem do anterior mandato, tendo sido constituída uma comissão para o efeito que acabou não ter oportunidade para apresentar qualquer trabalho. Disse que foi remetida a proposta de alteração a todos os membros da Comissão Permanente para apreciação e análise e realizada reunião para aprovação da versão final, que foi aprovada por unanimidade. –

----- Deu conta que as alterações não foram muito significativas e se trata, fundamentalmente, de adaptar o regimento à atual legislação autárquica e de introduzir pequenas alterações que a prática mostrou serem necessárias, nomeadamente no que se refere ao direito de voltar a colocar questões pelos membros, embora com tempo limitado, e o tempo de resposta da Câmara Municipal que se mostrou manifestamente pouco, passando de dez para vinte minutos. -----

----- Afirmou que esta proposta irá contribuir para a transparência e diálogo nas sessões e que se há coisa que se orgulha é que ao longo de dez anos, com a ajuda de todos, este ser um órgão que sempre funcionou de forma absolutamente civilizada e se conseguir ter uma discussão aberta em termos políticos e não a transferir para o domínio pessoal. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Congratulou-se pela aprovação unânime, lembrando que o primeiro regimento foi aprovado por maioria porque um dos membros da Assembleia Municipal, que tendo aprovado a proposta em sede de Comissão Permanente, depois na sessão tomou uma posição invulgar e votou contra o que tinha aprovado anteriormente. -----

----- **Ponto II – Aprovação da proposta de revisão do Regulamento do Conselho Municipal do Desporto** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação revisão ao Regulamento do Conselho Municipal do Desporto, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual



redação. Esclareceu ainda que esta revisão se prende, na sua esmagadora maioria, com questões funcionamento do conselho e ainda com a sua adequação às alterações legislativas ocorridas no que respeita à sua composição, com a integração de dois representantes das juntas de freguesia, eleitos na Assembleia Municipal, sete representantes no movimento associativo desportivo e um representante dos ginásios com sede no concelho. Concluiu dizendo que aquilo que se pretende é a agilização de procedimentos, que as reuniões sejam mais produtivas e que se consiga realizar reuniões do Conselho Municipal do Desporto com efetividade de decisão. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **Ponto III – Aprovação da proposta de revisão do Regulamento do Associativismo Riomaioense** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação da proposta de Regulamento de Apoio ao Associativismo Riomaioense apresentada, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25º ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Deu conta que também este regulamento sofreu uma revisão no sentido de adequar-se ao novo quadro legal e, ao mesmo tempo, otimizar e clarificar procedimentos, por forma a agilizar a aplicação prática do regulamento, nomeadamente, no que toca à utilização da plataforma do associativismo riomaioense, por parte das associações. Deu especial realce ao novo capítulo que consta no regulamento e que regula as condições de concessão de isenção de Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI) e do Imposto Municipal sobre as Transmissões de Imóveis (IMT), já que sempre considerou que a entidade que mais devia potenciar a atividade associativa era aquela que mais lhe exigia pelo pagamento dos impostos. Congratulou-se por se conseguir agora o enquadramento legal necessário para que esta possibilidade fosse dada às associações e que com apenas esta deliberação se possa beneficiar as associações que tanto fazem pelo concelho. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----



----- Iniciou por se congratular com as medidas de isenção de IMT e IMI constantes no projeto de regulamento e que este documento tem, efetivamente, subjacente uma melhoria da relação entre a Câmara Municipal e as associações no geral. Continuou dizendo que, à parte disso, o documento é confuso em muitos aspetos, nomeadamente quando refere que se aplica a coletividades, associações, clubes e grupos informais e depois, ao longo de todo ele, mostra que se dirige a entidades apenas com personalidade jurídica, o que não acontece com os grupos informais, impossibilitando-os de concorrer a qualquer apoio e também pelo facto de os destinatários poderem, ou não, estar sediadas do concelho de Rio Maior, posição com a qual a CDU não concorda. Referiu ainda que falta transparência e clarificação na aplicação dos critérios de atribuição dos apoios, que não são entendíveis. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas** -----

----- Interveio para dar dizer que as questões relacionadas com o associativismo são complexas e regulamentar essa atividade não se afigura fácil, para nenhuma das partes. Salientou o importante papel que estas têm e o quanto são essenciais para a dinâmica de uma localidade, como são exemplo as existentes na Freguesia de Arroquelas e acrescentou que não concebe a vida sem a componente associativa. -----

----- Salientou que a questão do associativismo e do cumprimento de um regulamento desta natureza, está na falta de capacidade instalada para fazer face a este tipo de propostas e no associativismo desportivo, em particular, existe uma diferença evidente entre o centro e a periferia, e isso vê-se nos valores orçamentados que, no seu grosso, é atribuído sobretudo na cidade e a organizações desportivas e a periferia fica apenas com o que consegue captar. Acrescentou ainda que a taxa de execução de projetos, para além dos desportivos, é muito baixa e que existe a dificuldade em aceder ao financiamento e, nessa perspetiva, o seu objetivo com esta intervenção é chamar a atenção para esta realidade que, talvez, não se altere apenas com a regulamentação, pese embora entenda e valorize os benefícios fiscais e todos os apoios que são dados e que representam um momento histórico no associativismo em Rio Maior. -----

----- Concluiu dizendo que, no entanto, a mentalidade de dar músculo ao tecido associativo e de o capacitar, está ainda um pouco aquém ou além do documento, não deixando, no entanto, de subscrever todas as tentativas de apoiar o movimento associativo e tudo aquilo que as pessoas fazem com bom tom e sobretudo com alegria.-

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----



----- Iniciou por dizer que o associativismo atravessa, atualmente, uma crise em termos de participação da comunidade e do envolvimento das pessoas, muito como consequência da exigência que a dinamização destas traz para quem se dedica ao movimento associativo. Disse que é do conhecimento público as dificuldades de subsistência que as mesmas têm tido, não só a nível financeiro, mas também a nível de meios humanos que começam a sacrificar-se por não existir renovação, em sacrifício, muitas vezes, da vida pessoal e familiar de cada um. Acrescentou que numa altura em que se fala tanto em apoios à natalidade e incentivos à economia e a empresas, não seria de descartar a existência de um incentivo de permanência das associações. -----

----- Referindo-se aos benefícios fiscais, afirmou que são cruciais para a subsistência das associações, já que muitas vezes estes pagamentos são assegurados pelos dirigentes associativos, para assim evitar responsabilidades financeiras, já que as associações podem não ter condições financeiras para o fazer, sendo esta mais uma das razões que contribuem para o afastamento das pessoas ao associativismo é em especial à direção do mesmo. -----

----- Terminou endereçando, em nome da Junta de Freguesia de Rio Maior e, com certeza também em nome das associações da freguesia e de todos presidentes de junta aqui presentes, os parabéns ao executivo municipal pela criação de uma forma de incentivar e motivar o movimento associativo, para que permaneça e rejuvenesça, porque considera que é também importante chamar-se os mais novos para fazerem parte das direções, já que serão eles que poderão assegurar o futuro e a responsabilizar-se por estas associações que tanto fazem pelas localidades. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Iniciou por subscrever as intervenções do Presidente da Câmara e do Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior, que muitos disseram daquilo que a própria poderia dizer. Continuou acrescentando que, sendo este um tema que recorrentemente foi falado nas sessões da Assembleia Municipal, nomeadamente aquando as deliberações das taxas e dos impostos, e muitas vezes reclamado este apoio às associações do concelho, não poderia deixar felicitar o executivo camarário por, através destes benefícios, contribuir para a manutenção e a continuidade das atividades das coletividades e associações do concelho. Salientou que esta medida irá permitir um significativo alívio financeiro face às dificuldades que se apresentam atualmente a estas coletividades e associações e que no final de cada ano pouco ou nada lhes sobra para



pagarem os impostos devidos, muitas vezes elevados por se tratarem de imóveis de grande dimensão. -----

----- Terminou felicitando o executivo municipal por este incentivo de grande importância para o movimento associativo e que irá permitir que as mesmas desenvolvam as atividades a que se propõem e que tanto contribuem para a cultura e dinamismo do concelho. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que relativamente à questão dos grupos informais esta está prevista na lei, tratando-se de grupos que se juntam para organizar atividades os eventos e, pese embora, seja difícil de enquadrar podem, legalmente, ser apoiadas pela Câmara Municipal. Disse ainda que foi incluído porque não se queria, de forma alguma, excluir situações em que grupos de cidadãos, em parceria com a Câmara Municipal, organizassem eventos de interesse para o concelho, mesmo não tendo personalidade jurídica. -----

----- Sobre a questão de apenas se apoiar o movimento associativo sediado no concelho, disse que discordava dessa imposição já que existem exemplos que são ilustrativos de como uma associação de fora do concelho dinamiza atividade neste território, como por exemplo, o grupo de danças de Tremês, que não havendo localmente nenhuma estrutura para essa atividade, dinamizam em Rio Maior o ensino e desenvolvimento da dança e prestam um serviço de valor á comunidade. Concluiu dizendo que essa inclusão, permite à Câmara Municipal apoiar essa associação no sentido de dispor de instalações para o desenvolvimento da sua atividade. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 27 votos a favor e 2 votos contra das Deputados Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Renovo a afirmação de que achamos que se deu um passo em frente com este regulamento. Contudo, a razão do nosso voto contra é porque entendemos que ele não corresponde às necessidades existentes e, por outro lado, é impreciso vago e confuso. O apoio ao associativismo não deve, em nosso entender, ser paternalista nem colocar as associações em degrau inferior e, por vezes, isso acontece neste regulamento, deve vê-las como agentes numa liderança que se espera democrática e respeitadora da utilização dos dinheiros públicos de forma transparente e clara. Este documento aponta



noutro sentido, em nosso entender O que se espera de qualquer autarquia eleita democraticamente é uma ação clara e transparente e não em função de eleitoralismo e preferências, pelo que votamos contra.” -----

----- Ponto IV – Aprovação de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Rio Maior para aquisição de equipamento (trator) -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a aprovação de atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de Rio Maior, no montante de 15 000 (quinze mil) euros, destinado à aquisição de um trator, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

----- Sobre a relação que se desenvolve com as juntas de freguesia afirmou que tem o maior respeito para com as juntas de freguesias e, à semelhança do que foi feito para a Junta da União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo, é agora atribuído um apoio financeiro para que a Freguesia de Rio Maior possa estar melhor equipada e, através disso, prestar um melhor serviço às populações. -----

----- Referiu depois, que as freguesias vão, em 2021, abraçar de forma definitiva as competências e que estas irão exigir mais disponibilidade financeira, de recursos humanos e de meios técnicos, e que, nesse sentido, se tem vindo a traçar um caminho de forma a poder equipa-las para fazer face às exigências futuras. Disse que esta é mais uma forma de apoio e outras serão feitas fora da delegação de competências sempre que houver disso necessidade justificada, já que o que deve ser tido como base é a prestação de um bom serviço público e que, nisso, as freguesias são exímias, quer pela proximidade, rapidez e até por fazerem mais barato, deixando o forte agradecimento por todo o empenho nessa tarefa. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior -----

----- Reportando-se ao recente Congresso da Associação Nacional de Freguesias, disse que um dos temas que dominou a discussão foi o desafio que se apresenta aos autarcas e à representação partidária, no sentido, de uma vez por todas o governo central reconhecer, não só autonomia do poder local como instrumento para chegar à plenitude da democracia, mas também como forma de garantir as melhores condições de a exercer no dia a dia. Salientou que é importante que as freguesias sejam tratadas de igual forma, em função do território e população, obviamente, mas que todas possam



ter serviços administrativos e a capacidade de ter funcionários administrativos para responder às necessidades da população. -----

----- Acerca da Junta de Freguesia de Rio Maior disse que tem uma realidade diferente das restantes freguesias do concelho, que já detém capacidade instalada quer nos serviços técnicos e administrativos, quer ao nível operacional e, por isso, está mais preparada para fazer face às intervenções necessárias e que estão na sua esfera de competências, não deixando, no entanto, de partilhar muitas das preocupações dos restantes presidentes de junta. -----

----- Considera, por isso, importante que a nível partidário se possa, cada vez mais, dar ênfase ao papel das freguesias que fazem o trabalho de maior proximidade e de manutenção da qualidade de vida das populações. Em seu nome, disse que é com o maior orgulho que se presta o serviço diário aos fregueses e que aquilo que deve fazer é elevar esse serviço prestado e que tal só será conseguido se estiverem dotados de bom equipamentos e de mais recursos humanos. Deu conhecimento que a Freguesia de Rio Maior está a reforçar os meios humanos no que respeita às equipas de exterior, mas que também está a dotar e a modernizar equipamentos para aumentar a operacionalidade e assim melhorar cada vez mais o serviço prestado no território da freguesia, indo de encontro a todas as solicitações que diariamente lhe chegam pessoalmente e aos serviços da junta. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Iniciou por dizer que zelar pelos interesses da população do concelho é uma obrigação da Câmara Municipal e que, com essa consciência, os diferentes executivos da Coligação Juntos pelo Futuro, sempre defenderam e apoiaram, dentro das suas competências e capacidades, as Juntas de Freguesia. Considerou que este apoio é mais um exemplo disso, assim como do reconhecimento da importância do trabalho que aquelas autarquias fazem no terreno e da proximidade que mantêm com as populações. Acrescentou ainda que no ano em que a Câmara Municipal de Rio Maior deliberou a maior transferência de sempre para as Juntas de Freguesia do Concelho, num valor de cerca de setecentos e cinquenta mil euros, não quis deixar de se regozijar por mais este apoio que vai além da mesma. -----

----- Reconheceu novamente o trabalho feito pelos Presidentes de Junta que, com o apoio da Câmara Municipal, continuam a resolver os problemas diários das populações de forma próxima e célere. -----



----- Colocada a votação, a proposta foi **por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Conforme já tivemos ocasião de dizer noutros momentos, a posição da CDU é na defesa da criação de um parque de máquinas, gerido pela Câmara e que sirva todo o Concelho, solidariedade, e entreajuda, organização e método. Contudo, continuando a lutar pelo que pela nossa parte consideramos ser o melhor método, decidimos votar favoravelmente esta proposta para melhoria do serviço prestado pela Junta de Freguesia de Rio Maior.” -----

----- **Ponto V – Adesão à Linha BEI – Empréstimo de Médio e Longo Prazo até ao Montante de 250.000,00€, destinado ao Financiamento da Contrapartida Nacional da Operação ALT20-04-2316-FEDER-000071 - Requalificação da Frente Ribeirinha-**

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é, nos termos do artigo 49º e 50º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, a aprovação da adesão à “Linha BEI PT2020 – Autarquias” destinada ao financiamento da contrapartida nacional da Operação ALT20-04-2316-FEDER-000071 - Requalificação da Frente Ribeirinha, com as seguintes condições de financiamento e nos seguintes termos: -----

----- Empréstimo de médio e longo prazo destinado ao financiamento da contrapartida nacional da Operação ALT20-04-2316-FEDER-000071 - Requalificação da Frente Ribeirinha, até ao montante de 250.000,00€; -----

----- Prazo de 15 anos; -----

----- Taxa de juro indexada à Euribor a 6 meses acrescida de um “spread” de 0,277%, caso a taxa resultante assuma um valor negativo será fixada uma taxa de 0% (floor zero); -----

----- Período de utilização e diferimento de 2 anos; -----

----- Pagamento de juros e reembolso de capital em prestações semestrais e postecipadas; -----

----- Sem aplicação de comissões ou encargos. -----

----- Acrescentou ainda que este a adesão a este programa foi um desafio feito pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA), e que se trata de uma solução de financiamento que se encontra disponível única e



exclusivamente para a comparticipação nacional das obras financiadas por fundos comunitários que já estejam em curso, como a requalificação da Zona Ribeirinha. Disse que este processo exige que seja feita consulta à banca comercial em cumprimento das regras da concorrência e transparência e que, como se pode ver na documentação, as condições são muito mais vantajosas, tornando muito difícil à banca comercial acompanhar as condições propostas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI). Referiu também que, não obstante o valor da comparticipação de 15% estivesse previsto em orçamento, esta será uma forma de não sacrificar a tesouraria da Câmara Municipal, aproveitando também as condições favoráveis oferecidas pelo BEI e que, pese embora seja um empréstimo a 15 anos, este tem dois anos de período de carência. ----- Informou também que se continuou no exercício de 2019 e se irá continuar a amortizar no de 2020 muito mais dívida comprometida do que aquela que se está a criar.

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **por maioria** dos presentes, com 26 votos a favor e 2 abstenções das Deputados Municipais Liliana Marques Alonso e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Bom, seria incoerente da nossa parte não nos abstermos, porque nos abstivemos igualmente quando foi pedida autorização para o milhão e duzentos mil. Portanto, nós abstemos porque entendemos que existem no Município situações que exigem maior e mais rápida resolução que esta. Esta e outras que integram o pedido de autorização para empréstimo. Assim, voltamos a questionar para quanto a rede de esgotos e saneamento para todo o concelho e se não seria, ou não será, esta uma questão prioritária. Discordamos deste tipo de não projeto para o concelho.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----



----- De seguida deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezassete horas e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos, sendo que a ata será apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA:** _____